

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-067

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
505812630	ADREPES - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL
Morada (Sede Social)	ESTRADA NACIONAL 379, ESPAÇO FORTUNA
Código Postal	Localidade
2950-597	QUINTA DO ANJO
NUT III	NUT II
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa
Telefone	E-mail
212337930	portugal2020@adrepes.pt
Telefax	

212337939

URL

Tipologia de Beneficiário

<http://www.adrepes.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

José Diogo

Telefone Responsável

212337930

Cargo Responsável

Técnico

Telemóvel Responsável

919424733

Serviço/Departamento

Técnico

Email Responsável

jose.diogo@adrepes.pt

Email Alternativo

adrepes@gmail.com

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

Desde a sua fundação, a ADREPES tem gerido programas que têm permitido fazer chegar informação e apoios comunitários e informação aos cidadãos da Península de Setúbal, permitindo-lhe adquirir competências relacionadas com a conceção, análise, controlo, reembolsos, monitorização e auditoria de projetos.

Como organismo intermédio geriu entre 2002 e 2007, o programa LEADER+ e, entre 2007 e 2014, o Subprograma 3 do PRODER e o Eixo 4 do PROMAR, na Península de Setúbal, exercendo funções de gestão, mediante delegação das várias Autoridades de Gestão (AG), competindo-lhe elaborar um sistema de gestão e controlo, exercer as competências de gestão delegadas, cumprir a regulamentação específica e as recomendações e submeter-se aos procedimentos de controlo e auditoria. Para tal conta com uma equipa com vasta experiência no exercício dessas funções.

Entre 2006 e 2009, por delegação da DRAPLVT e posteriormente entre 2013 e 2017 de forma direta, acolhe o Centro de Informação Europe Direct da Península de Setúbal.

Ainda no âmbito da sua atividade adquiriu competências no contacto e mobilização dos atores locais, na definição de estratégias de desenvolvimento, na conceção de metodologias de intervenção territorial e no estabelecimento de parcerias e projetos de cooperação nacional e transnacional.

Neste particular merecem destaque:

- ao nível da Iniciativa Comunitária LEADER+, os projetos de cooperação transnacional Laços Atlânticos (comercialização de produtos locais), Destino Vinho (Enoturismo) e Cynara (Promoção de queijo de ovelha) e os projetos de cooperação transnacional Paralelo 40 (Promoção Turística de Territórios Rurais), Heranças dos Vinhos de Sul (Enoturismo) e Turismo Cultural (valorização de elementos patrimoniais e promoção turística de territórios rurais).
- ao nível do da Iniciativa Comunitária EQUAL, os projetos de cooperação interterritorial PROVE e VALUE dedicados à promoção do empreendedorismo e dos Circuitos Curtos de Comercialização.
- ao nível do Subprograma 3 do PRODER, os projetos de cooperação interterritorial PROVE (Circuitos Curtos de Comercialização) e Histórias Decantadas (Enoturismo) e os projetos de cooperação transnacional Da Quinta Para o Prato (Circuitos Curtos), Rede Europeia de Pousadas Equestres (Turismo Equestre) e Encurtar Distâncias (Comercialização de Produtos Locais).
- ao nível da Rede Rural Nacional o projeto de cooperação interterritorial Enoturis (Enoturismo) e o projeto de cooperação transnacional Encontros Europeus de Leader Periurbanos (Problemáticas dos territórios periurbanos).

Entre 2003 e 2014 organizou cerca de 160 atividades no âmbito do desenvolvimento local, que envolveram aproximadamente 4 milhares de atores locais, com destaque para a participação em feiras nacionais e internacionais, seminários, encontros e envolvimento em projetos de cooperação nacionais e internacionais. A ADREPES foi também entidade gestora do Programa FAME na Península de Setúbal, financiado pela tipologia 7.6 do POPH.

Desde 2013 é gestora operacional da Bolsa de Terras, tendo desenvolvido diversas atividades para a sua divulgação e dinamização.

Faz também parte da Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal integrando o Núcleo de Apoio Técnico, dinamizado pelo Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal e pelos CLAS da região.

Em parceria com o CEARTE tem desenvolvido diversas ações de formação financiadas pelo FSE para as entidades da região.

Fruto do reconhecimento do trabalho realizado na implementação de circuitos curtos de comercialização, foi convidada a integrar o Grupo de Trabalho “Estratégia para a valorização da produção agrícola local” (GEVPAL), onde tem participado ativamente, desde 2013.

No caso particular da problemática relacionada com a comercialização de proximidade de produtos locais, a ADREPES é detentora de um capital de conhecimento resultante da sua experiência na implementação de projetos que se revelaram bem sucedidos e sustentáveis.

A ADREPES coordenou as sucessivas parcerias que estiveram na base da metodologia PROVE, projeto que possibilitou criar uma forma inovadora de comercialização de produtos hortofrutícolas, provenientes de pequenos agricultores, junto dos consumidores urbanos, estabelecendo uma relação de confiança entre quem produz e quem consome.

Os parceiros do DLBC ADREPES Rural apresentam um profundo conhecimento do território de incidência onde se pretende intervencionar, fruto da sua experiência de implementação de estratégias e medidas de apoio ao desenvolvimento local, designadamente ao nível do apoio à produção e comercialização de produtos agrícolas e agro alimentares, da inovação, do turismo, do emprego e da inclusão social das populações das zonas rurais.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
500008710	Adega Cooperativa de Palmela, CRL		11/05/1955	11021	Cooperativas
500075522	Cooperativa Agrícola de Santo Isidro de Pegões, CRL	07/03/1958	10/01/1958	11021	Cooperativas
500700613	Cooperativa Agrícola União Novense, CRL		01/05/1977	46211	Cooperativas
500871736	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA TEATRO ANIMAÇÃO O BANDO CRL	21/02/1979	15/05/1989	90010	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
500892784	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA COSTA AZUL, CRL	03/06/1916	05/06/1916	64190	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501129235	CENTRO SOCIAL DE PALMELA	04/10/1974	04/10/1974	87901	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501144218	MUNICIPIO DE SESIMBRA	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
501294104	MUNICIPIO DE SETUBAL	26/07/1860	01/01/1989	84113	Autarquias Locais
501397795	SOCIEDADE FILARMONICA HUMANITARIA	19/08/1925	16/07/2013	94991	Associações Públicas
501485562	ARCOLSA - Associação regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida	01/07/1989	01/07/1989	94110	Associação
501922857	Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal	01/01/1990	01/01/1990	94110	Associações e Fundações Privadas
502136618	AVIPE-ASSOCIAÇÃO DE VITICULTORES DO CONCELHO DE PALMELA	05/12/1984	05/12/1984	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502556455	COMISSÃO VITIVINICOLA REGIONAL DA PENINSULA DE SETUBAL-CVRPS	29/01/1991	11/10/1991	94110	Organização Profissional
502834846	MUNICIPIO DE MONTIJO		18/09/1992	84113	Autarquias Locais
503017728	ORSIFOR-CENTRO FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA MOITA S.A.	03/06/1993	03/06/1993	85591	Escolas Profissionais Privadas

503150959	ALIGRUPO- AGRUPAMENTO DE PRODUTORES DE SUINOS, BOVINOS, OVINOS E CAPRINOS, CRL	09/02/1994	09/02/1994	46230	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
503676560	Casa da Mesquita, Sociedade Agro-industrial, SA	18/07/1996	18/07/1996	08121	Empresas
503720364	INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL	03/02/1995	04/07/1997	85420	Estabelecimen to de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
504514547	ASSOCIAÇÃO PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO DO MONTIJO	14/07/1999	07/01/2000	85320	Agências e associações de desenvolviden to regional e local
504920502	BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME NA PENÍNSULA DE SETÚBAL	04/08/1993	01/01/2001	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
505543745	ASSOCIAÇÃO DA ROTA DE VINHOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL / COSTA AZUL	13/11/2002	19/05/2013	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
505812630	ADREPES - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL	27/11/2001	03/05/2002	94995	Agências e associações de desenvolviden to regional e local
506187543	MUNICÍPIO DE PALMELA	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506449742	UDIPSS - SETÚBAL - UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE SETÚBAL	20/03/2003	20/03/2003	94110	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
506788490	MUNICÍPIO DE ALCOCHETE		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506791220	MUNICÍPIO DA MOITA	14/11/2003	14/11/2003	84113	Autarquias Locais

507796497	ENA - AGÊNCIA DE ENERGIA E AMBIENTE DA ARRÁBIDA	27/06/2006	27/06/2006	74900	Associações e Fundações Privadas
508100720	S. Energia - Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete	23/03/2007	01/06/2007	94993	Associações e Fundações Privadas
508821509	Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa	19/09/2013	19/09/2013	84123	Outras Entidades Públicas
510912974	Florineve - Produção e Comercio de Flores, lda	09/01/2014	09/01/2014	1191	Empresas

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Área Metropolitana de Lisboa

Grupo Ação Local

Rural

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Palmela	Palmela	11,70%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Palmela	Pinhal Novo	16,70%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Palmela	Quinta do Anjo	7,90%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Palmela	União das freguesias de Poceirão e Marateca	5,70%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Alcochete	Alcochete	8,20%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Alcochete	São Francisco	1,50%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Moita	Moita	11,80%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Montijo	Canha	1,10%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Montijo	União das freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia	3,40%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Montijo	União das freguesias de Pegões	2,70%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Sesimbra	Sesimbra (Castelo)	12,80%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Setúbal	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	3,90%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Setúbal	União das freguesias de Azeitão (São Lourenço e São Simão)	12,60%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

A Península de Setúbal é um território constituído por diversos centros urbanos e por uma coroa periurbana que engloba extensas áreas habitacionais de baixa densidade, estando enquadrada por diversas áreas naturais classificadas.

O acesso à Península de Setúbal é possível através de várias infraestruturas de transporte, designadamente, através de vias rodoviárias, pelas ligações fluviais que atravessam o Tejo e por via ferroviária.

Contexto Social

A população residente na Península de Setúbal, em 2013 era de cerca de 781.000 habitantes. No período de 2010 a 2013, com exceção do Barreiro, Almada, Seixal e Moita, todos os concelhos registaram taxas de crescimento positivas, destacando-se Montijo e Alcochete, com cerca de 6%.

No período de 2010 a 2013 registou-se uma redução de -1,6% da população residente na faixa etária dos 15 aos 64 anos. A faixa etária dos 0 aos 14 anos manteve-se quase inalterada. No grupo etário com idade igual ou superior aos 65 anos, registou-se um aumento significativo, o que contribuiu para um incremento do índice de envelhecimento da região em 11%.

A taxa bruta de pré-escolarização na Península de Setúbal apresentava em 2013 um valor de cerca de 76,2%, substancialmente inferior à média nacional (90,9%). Todavia, quanto aos níveis de escolaridade no ano de 2011 (do 1º ciclo ao superior), apresentava taxas superiores à média nacional.

Relativamente à taxa de analfabetismo, de acordo com os Censos de 2011, a taxa na Península de Setúbal era de 3,9%, menor que a média nacional (5,2%). O analfabetismo é mais elevado nas mulheres que nos homens, sendo no caso da Península de Setúbal de 2,3% masculino e 5,3% feminino. Relativamente aos concelhos apenas os dois mais rurais apresentam valores mais elevados do que a média nacional – Palmela (5,8%) e Montijo (5,2%).

De acordo com dados do INE, a média anual de desempregados inscritos nos centros de emprego e de

formação profissional, em 2013 registou um aumento de 29,9% relativamente à média de 2011, enquanto que a nível nacional foi de 28,2%. Em Dezembro de 2013, cerca de 13% de desempregados registados não beneficiavam de qualquer tipo de prestação de desemprego.

Contexto Económico

Ao nível dos fundos estruturais, estão já estabelecidos apoios a Portugal para o período de 2014 a 2020, no âmbito da política de coesão. Contudo, o facto da Península de Setúbal se encontrar inserida na Região de Lisboa, poderá condicionar bastante o acesso aos fundos comunitários por parte dos agentes económicos da região.

O PIB por habitante na Península de Setúbal, que representa cerca de 72% do correspondente à média de Portugal, após um crescimento no período de 2009 a 2011, decresceu em 2012 para um valor de 11,2 mil euros.

O índice de poder de compra per capita, na Península de Setúbal, registou uma significativa redução no período de 2009 a 2011, passando de 105,85 para 101,9.

Ao nível dos concelhos, verificou-se que em tal período, com exceção de Sesimbra e Seixal, todos os concelhos também diminuíram o poder de compra. Em 2011, os concelhos de Sesimbra, Seixal, Palmela e Moita apresentavam valores inferiores à média nacional (INE).

O nº de empresas não financeiras, entre 2009 e 2012, registou uma redução significativa de -16,8%, superior à média nacional (-11,3%). Ao nível dos concelhos, somente Palmela (-13,2%) e Alcochete (-2,4%) apresentaram valores inferiores aos registados na região da Grande Lisboa.

Entre 2009 a 2012, na Península de Setúbal, o volume de emprego nas empresas decresceu significativamente (-17,1%) relativamente ao registado a nível nacional (-10,8%), verificando-se idêntica situação em todos os seus concelhos, com exceção do concelho de Alcochete em que se registou uma variação de -6,1%, sendo tal redução inferior à média nacional.

Quanto à evolução do pessoal por setores de atividade no período de 2009 a 2012, na Península de Setúbal, somente a silvicultura e floresta registou um aumento (+78,3%), enquanto a agricultura e produção animal e pescas e aquicultura registaram uma redução de -8,1%.

Contexto Ambiental e Património

O clima da região apresenta características mediterrâneas, com uma clara influência atlântica, sendo caracterizada por possuir um clima sub-húmido e temperado com um Verão quente e seco e um Inverno pouco frio e chuvoso.

Em termos de recursos naturais, a Península de Setúbal, integra a área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica e Lagoa da Albufeira, a Serra da Arrábida e Cabo Espichel, Montado de sobre de Rio Frio, Lagoas do Poceirão, o aquífero da Bacia Tejo/Sado e os Estuários do Tejo e do Sado. Na globalidade, o património natural da Península de Setúbal em termos geológicos, florísticos e faunísticos está contido em 15 áreas classificadas segundo critérios regionais, nacionais e internacionais de conservação.

Do ponto de vista dos solos a Península de Setúbal é caracterizada, essencialmente por dois tipos, designadamente, por terrenos com domínio dos sedimentos de carácter arenoso e de solos ácidos nas zonas planas, que justificam o domínio de sobreirais e que são favoráveis à, vitivinicultura, horticultura intensiva e de regadio e do tipo argilo-calcário nas zonas de maior relevo, mais ricos em elementos nutritivos, favoráveis à pastorícia, viticultura e para diversa vegetação arbórea.

A riqueza patrimonial da Península de Setúbal revela-se quer ao nível do património material, composto por bens culturais com diversos imóveis, monumentos e sítios de interesse público, municipal e nacional, quer ao nível do património cultural imaterial (expressões culturais, saberes, modos de fazer, formas de expressão, celebrações, danças populares, lendas, músicas e outras tradições), muitas das quais manifestadas através das feiras, festas, cários e romarias que ocorrem um pouco por todos os concelhos, onde são promovidos os produtos e artesanato locais.

De referir a existência de aldeias rurais com características e elementos patrimoniais importantes a preservar e valorizar, nomeadamente Canha, Fernando Pó e o Colonato de Pegões.

Estando a Península de Setúbal, enquadrada por diversas áreas naturais e corredores ecológicos, constituiu-se como região de excelência para o desenvolvimento do turismo de natureza, particularmente do turismo de habitação e em espaço rural, destacando-se os segmentos de passeios (a pé, de bicicleta ou a cavalo), de observação de aves ou do turismo equestre.

A região é ainda muito rica no que concerne à oferta gastronómica e enológica, ocorrendo vários festivais gastronómicos, onde se promovem produtos regionais, nomeadamente queijo, vinhos e doçaria tradicional. Também a criação de cavalos constitui outra atividade que pode proporcionar o desenvolvimento do turismo equestre neste território, onde já existem empreendimentos em Rio Frio, Alcochete, Azeitão, Gâmbia, Canha e Sesimbra.

O Setor Rural

A Península de Setúbal tem um passado e um presente associados ao mundo rural.

A Agricultura e Produção Animal gerou um volume de negócios que representa 4% do total nacional.

A região conta com produtos agrícolas bastante diferenciadores, como por exemplo, a qualidade reconhecida dos seus Vinhos e Moscatel, a Laranja de Setúbal, a Maçã Riscadinha de Palmela e a Maçã Camoesa de Sesimbra.

Os principais produtos hortofrutícolas na Península são batata, cenoura, alface, cebola, nabo, couves portuguesa e lombarda, brócolos e tomate. As cebolas de Alcochete têm também alguma singularidade reconhecida.

A região beneficia da existência de um conjunto de entidades que possibilitam a partilha e disseminação de conhecimentos científicos e técnicos dentro da fileira onde operam.

Existe muito pouca formalização na atividade rural, sendo a forma jurídica dominante a de produtor singular. Aproximadamente 50% das explorações são dirigidas por indivíduos com mais de 65 anos, na sua maioria por homens (77%), apresentado um cunho bastante familiar e geradoras de emprego de forma não regular (82%). A população agrícola tem apenas o ensino básico (71,9%) ou nenhum ensino (19,2%). Somente 7,9% dos agregados familiares das explorações declaram viver exclusivamente dos rendimentos agrícolas. Esta realidade de envelhecimento e baixa qualificação, reflete-se necessariamente na perda de práticas únicas sustentáveis e variedades regionais.

A cultura permanente mais frequente nas explorações agrícolas é a vinha, seguida dos citrinos e dos frutos frescos. Os produtos frutícolas mais comuns na região são os pêssegos, as maçãs, as ameixas, a uva de mesa e os morangos, cultivados em explorações de pequenas dimensões. As exceções ocorrem na vinha, culturas forrageiras e olival. No que diz respeito às culturas temporárias, as mais comuns são as culturas hortícolas, a batata e os cereais para grão cultivados e explorados em unidades com dimensões até aos 2 ha. A pequena dimensão das explorações agrícolas e a reduzida mecanização (a maioria apenas com 1 ou 2 tratores) é um problema para a competitividade de custos e capacidade de abastecimento do mercado, mas reflete também a dualidade que existe na região, entre uma agricultura maioritariamente de complementaridade e de cariz familiar, em relação a outra, de maior dimensão e mais moderna, que é capaz de chegar aos mercados nacionais e internacionais.

As condições edafoclimáticas muito próprias da Península de Setúbal têm proporcionado um enorme potencial para o setor vinícola, permitindo a maturação de todas as castas conhecidas o que proporciona a produção de uma grande variedade de vinhos com excelente qualidade, reconhecida nacional e internacionalmente.

A Agropecuária continua a desempenhar um papel importante na Península de Setúbal, existindo um conjunto de unidades destinadas à criação de gado bovino (sobretudo para a produção de leite), aves, caprinos, coelhos, ovinos, suínos e equídeos.

O Queijo de Azeitão é um dos produtos emblemáticos da região e reconhecido pela sua qualidade bastante apreciada sendo um DOP desde 1994, existindo diversas explorações produtoras de leite e queijarias com produções anuais de 150 toneladas de Queijo de Azeitão e complementadas com subprodutos como, queijo fresco, requeijão e manteiga de ovelha.

Ao nível da ação social, a maior parte dos equipamentos sociais encontram-se nas zonas urbanas, originando fortes desigualdades face às zonas rurais, O reduzido apoio social a idosos, jovens e mulheres nas zonas rurais tem um impacto elevado na qualidade de vida destas populações.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Principais Ameaças

- Novos Fundos Comunitários para o mundo rural - O acesso a fundos comunitários abre um conjunto de oportunidades, entre outras, para o reforço da viabilidade e competitividade das explorações agrícolas.
- Revalorização da atividade agroalimentar - Assiste-se atualmente a uma maior valorização social da atividade agrícola, bem como à introdução de melhores competências ao nível da gestão e de processos, associadas à integração de pessoas mais jovens no sector.
- Crescente procura pelos produtos e serviços ecológicos, ambientais e culturais - A crescente sensibilização das pessoas para as questões ecológicas, ambientais e culturais, tem promovido a procura nacional e externa por produtos biológicos, de época, regionais e nacionais, nomeadamente da dieta mediterrânica, pelo enoturismo, turismo rural e cultural.

Principais Pontos Fortes

- Condições Edafoclimáticas de excelência - Condições para a atividade agrícola e florestal.
- Existência de vinhos de excelência - Tradição na produção de vinhos de qualidade.
- Existência de produtos agrícolas e agro-alimentares singulares - Queijo de Azeitão, maçãs e produção de primores.
- Produção Agro-pecuária – Existência de produção de bovinos, suínos e criação de cavalos.
- Competências associadas ao setor - Existência de entidades com conhecimentos científicos e técnicos.
- Acessibilidades e Localização geográfica próxima de zonas urbanas de grande consumo - Acesso fácil ao mercado.
- Recursos naturais e paisagísticos - Propicia maior atratividade para o turismo da natureza.
- Diversidade do património material e cultural - Propicia o desenvolvimento de produtos associados aos circuitos turísticos.

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

- Situação económica e financeira do país - Projeções para recuperação moderada da economia.
- Restrições na atribuição dos incentivos pela inserção na Área Metropolitana de Lisboa - Enquadramento comunitário mais desfavorável.
- Cortes no Orçamento da PAC e diminuição de incentivos comunitários – Menor investimento e incentivos.
- Concentração das grandes cadeias de distribuição - Crescente dificuldade na colocação dos produtos.
- Fiscalidade aplicada aos pequenos agricultores – Redução das margens dos produtores.
- Concorrência internacional com preços mais baixos – Entrada de produtos com preços baixos resultantes de economias de escala.
- Legislação restritiva, funcionamento moroso da justiça e excesso da burocracia nos serviços públicos de suporte à atividade - A atividade rural encontra-se muito penalizada pela legislação restritiva e burocrática.

Principais Pontos Fracos

- Desaparecimento progressivo de práticas tradicionais – devido ao declínio de agricultura enquanto atividade complementar.
- Envelhecimento da população rural - população com mais de 65 anos
- Taxas de analfabetismo nas zonas rurais - Elevadas taxas de analfabetismo, especialmente nas mulheres.
- Ação social reduzida nas zonas rurais – Incremento das desigualdades sociais.
- Desaparecimento de variedades regionais – abandono da agricultura familiar.
- Falta de associativismo - Fragilização das organizações de produtores.
- Fraca organização dos produtores ao nível da transformação e comercialização – Reduzida capacidade de cooperação.
- Falta de capacitação para concorrer aos fundos comunitários – Reduzido domínio dos requisitos para concorrer aos apoios.
- Ausência de identidade – Não existe uma identidade regional associada aos produtos e serviços locais.

Há que tirar proveito das oportunidades detetadas na envolvente, utilizando os pontos fortes ou melhorando os pontos fracos, o que contribuirá para a identificação dos principais desafios que se colocam ao espaço rural e respetivos fatores críticos de sucesso.

Tendo presente a maior valorização social da atividade agrícola e tirando partido das condições edafoclimáticas de excelência do território, da existência de produtos agrícolas e agro-alimentares singulares, das acessibilidades e da sua localização geográfica próxima de zonas urbanas de grande consumo, um primeiro desafio será, com o apoio dos novos fundos comunitários, promover o desenvolvimento económico dos espaços rurais na Península de Setúbal, por via da modernização, diferenciação, reforço do associativismo e capacidade de cooperação, desenvolvimento de canais de comercialização e aumento de competitividade das explorações agrícolas para enfrentar, entre outros, uma concorrência internacional com preços cada vez mais baixos e a exigência da grande distribuição para a constante redução do preço, desta forma, também contrariar a tendência de desaparecimento das práticas tradicionais e das variedades regionais, atraindo população mais jovem para o setor.

Também, tirando partido da existência no território de recursos naturais e paisagísticos e a diversidade do património material e cultural existentes e face a uma crescente procura pelos produtos e serviços ecológicos, ambientais e culturais, um segundo desafio será promover o desenvolvimento económico do espaço rural através da diversificação das suas atividades, sobretudo com intervenção na área turística e com suporte na valorização e preservação de tais recursos, reforçando, assim, a identidade regional associada aos produtos e serviços locais.

Por outro lado há que contribuir para uma melhoria da qualidade de vida, apresentando-se, como desafio, a promoção da coesão social, através do apoio à inovação social, a capacitação e qualificação para a inclusão ativa, apoiando o tecido associativo, a empregabilidade de grupos vulneráveis, o empreendedorismo e o emprego por conta própria e, desta forma, reduzir o analfabetismo e as desigualdades sociais.

Enfrentar tais desafios, requer uma dinamização, animação e cooperação, com o envolvimento dos vários atores do território, pelo que será essencial dotar o GAL das competências e recursos financeiros necessários.

Aliás, o cumprimento cabal dos resultados esperados (definidos com base no histórico das intervenções, nas estatísticas disponíveis e nas necessidades diagnosticadas) só será possível atribuindo à ELD um orçamento adequado e taxas de financiamento verdadeiramente encorajadoras do investimento.

Desta forma será possível incentivar a capacidade de intervenção dos diversos atores no sentido de promover a modernização, diferenciação e aumento de competitividade das explorações agrícolas, bem como o aproveitamento das condições territoriais em termos de recursos naturais, paisagísticos, património material e cultural para a diversificação das suas atividades.

Por último o modelo de gestão deve delegar no Organismo Intermédio todas as competências necessárias à análise célere e expedita dos pedidos de apoio e reembolso, evitando procedimento e burocracia desnecessários, contribuindo para a boa execução da EDL.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

O desenvolvimento económico do espaço rural na Península de Setúbal requer uma dinâmica própria que passa pelo reforço da viabilidade das explorações agrícolas, da competitividade de todos os tipos de agricultura e pela possibilidade de diversificação de atividades na exploração agrícola.

Para fazer face a uma concorrência internacional que se tem apresentado no mercado com preços fortemente competitivos em parte dos produtos agro-alimentares, bem como à pressão da grande distribuição na exigência de preços baixos, haverá que encontrar soluções que, sem prejuízo de uma proteção ambiental e utilização sustentável dos recursos, aumentem a produtividade (ganhos de escala e/ou otimização de processos e técnicas) ou o nível de diferenciação, tirando partido da existência no território de produtos agrícolas e agro-alimentares singulares.

Também a situação patrimonial da Península de Setúbal, material, natural e cultural (expressões culturais, saberes, celebrações, festas, cónios, danças populares, lendas e músicas, gastronomia, enologia e artesanato), bem como a criação de cavalos (onde já existem empreendimentos que fazem parte da rede europeia de pousadas equestres), são elementos que, conjugados com as boas acessibilidades e proximidade do mercado de Lisboa e da crescente procura no turismo da natureza, podem apoiar a diversificação nas explorações agrícolas, possibilitando a obtenção de novas receitas.

Neste sentido um dos objetivos da estratégia de desenvolvimento local será fomentar a dinâmica das

explorações agrícolas.

Para a concretização deste objetivo serão mobilizados os instrumentos:

PDR 2020 (FEADER):

- Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização;
- Diversificação de atividades na exploração.

A região tem vários produtos agrícolas e agro-alimentares de referência, como, por exemplo, vinhos de qualidade, o queijo de Azeitão de Denominação de Origem Protegida (DOP), os produtos já certificados como a maçã riscadinha de Palmela que, para além das suas qualidades intrínsecas passou também a ser transformada em licores ou em doces e a Maçã Camoesa ou Férrea da Azoia. Também nos produtos hortícolas tem sido obtida a produção de primores, ou seja, uma produção antecipada relativamente a outros territórios, permitindo chegar mais cedo ao mercado. Assim, face a uma maior procura nacional e internacional por produtos regionais, de agricultura sustentável, surgem novas oportunidades de negócio que deverão ser aproveitadas.

A agro-pecuária, também merece destaque pela existência de várias explorações de criação de bovinos (essencialmente para a produção de leite), suínos e aves, com importância a nível regional e nacional. Por outro lado, tem-se registado o desaparecimento progressivo das pequenas explorações agrícolas de cariz familiar, que arrasta em si uma perda de unicidade e do carácter complementar da agricultura, com as consequentes quebras de rendimento dos pequenos agricultores e fracturação territorial, que urge combater. Haverá, por conseguinte que criar valor e reforçar a cadeia agro-alimentar, desde a transformação e comercialização dos produtos locais de qualidade, estabelecer circuitos ou cadeias curtas de distribuição (facilitadores do escoamento e consumo dos produtos) promover a comercialização de proximidade de produtos agrícolas e transformados e promover os produtos locais de qualidade.

Neste sentido, um dos objetivos da estratégia de desenvolvimento local será o de promover a competitividade dos produtos locais.

Para a concretização deste objetivo serão mobilizados os instrumentos:

PDR 2020 (FEADER):

- Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização;
- Cadeias curtas e mercados locais;
- Promoção de produtos de qualidade locais.

PO LISBOA 2020 (FEDER) - 9.10 - Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais:

d) Dinamização de estruturas empresariais inovadoras e competitivas, capazes de responder às novas formas de procura e promoção de novos caminhos para o escoamento de produtos, com a adoção de ciclos curtos de comercialização (e.g. farmers markets, hortas e pomares on line).

Para além de que a concretização dos objetivos enunciados anteriormente, contribuem por si só, para uma maior coesão social, pela fixação e aumento da empregabilidade e, também, da coesão territorial (dada a existência de alguma assimetria entre partes do território rural), haverá que promover a melhoria da qualidade de vida e estimular a prosperidade económica do meio rural da região através da promoção de ações no âmbito da inclusão ativa, apoiando o tecido associativo, a empregabilidade de grupos vulneráveis, o empreendedorismo e o emprego por conta própria.

A melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais também passa pelo desenvolvimento de negócios, processos, produtos e serviços no espaço rural, através da criação de empresas e da capacitação e consolidação de infraestruturas ou outras formas de incubação de novas empresas em atividades económicas ligadas ao mundo rural.

Todavia, para tirar o máximo proveito das oportunidades de desenvolvimento económico da região, também haverá que desenvolver as competências dos atores empresariais do meio rural de modo a aumentar a capacidade de adequação aos novos desafios, fortalecer o associativismo e redes de parceria, promover a transferência de conhecimento, a inovação e o empreendedorismo.

Em simultâneo, a maior parte dos equipamentos sociais e empresas do terceiro setor encontram-se nas zonas urbanas, originando fortes desigualdades face às zonas rurais. Como tal, o incremento do apoio social a idosos, jovens e mulheres nas zonas rurais tem um impacto elevado na qualidade de vida destas populações.

Finalmente, o território apresenta uma rica herança cultural que passa pela existência de diversos recursos materiais, naturais e culturais ligados às tradições da região que, poderão atrair novos públicos de turistas à Península de Setúbal. No entanto, observa-se que grande parte do património de índole rural necessita de uma recuperação e refuncionalização. Neste sentido, torna-se vital a preservação e valorização do património rural, com especial relevância para a renovação das aldeias da região, algumas com planos de intervenção já delineados pelas autarquias, de modo a garantir-se a preservação de tradições ancestrais, através do envolvimento das populações rurais detentoras de saberes-fazer únicos e da recuperação e

preservação do património singular que enquadra os valores e o carácter único do meio rural da Península de Setúbal, marcado pelos diferentes povos que deram origem à demografia da região.

Neste sentido, um dos objetivos da estratégia de desenvolvimento local será o de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das zonas rurais.

Para a concretização deste objetivo serão mobilizados os instrumentos:

PDR 2020 (FEADER):

- Renovação de aldeias.

PO LISBOA 2020 (FEDER) - 9.10 - Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais, alíneas a) a i)

PO LISBOA 2020 (FSE) - 9vi - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária, alíneas b), c), d), e), f), e h)

Mas a concretização destes objetivos requer uma animação territorial, que passa por ações de informação das populações locais sobre os apoios e objetivos da EDL e sobre as atividades desenvolvidas, bem como o envolvimento dos atores locais na sua execução, o que requer um estrutura adequada ao nível de competências e recursos.

O desenvolvimento de parcerias com outros territórios, nacionais e internacionais, também permite a transferência de conhecimento, promovendo a identificação de problemas comuns e soluções conjuntas, a aquisição de competências e a disseminação de boas práticas.

Para além disso, as relações de cooperação em projetos a realizar com outros GAL, favorecem a promoção conjunta dos territórios, dos produtos e serviços locais e do património.

Neste sentido, um dos objetivos da estratégia de desenvolvimento local será o de apoiar o funcionamento, a animação e a cooperação.

Este objetivo pretende dar resposta às áreas temáticas relativas à Animação e Funcionamento previstas na Medida 10 – LEADER, no âmbito do PDR 2020.

Assim, tendo presente um território onde a complementaridade dos sectores de atividade e a riqueza cultural concorrem para o desenvolvimento e a coesão económica, ambiental e social, pode-se considerar que a vocação específica do presente DLBC será a de contribuir para o desenvolvimento económico e social dos seus espaços rurais, essencialmente, através do fomento da dinâmica das explorações agrícolas, da promoção da competitividade dos produtos locais e da melhoria da qualidade de vida, suportado em adequados sistemas de funcionamento, animação e cooperação.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

Para a adequada implementação e desenvolvimento da EDL, a parceria encontra-se organizada e funcionará de acordo com os termos definidos no Protocolo de Cooperação e Parceria, em anexo.

A governança partilhada entre os parceiros, as comunidades e outras entidades locais relevantes ou com intervenção ativa no território de incidência será realizada nas seguintes fases de implementação da EDL.

Análise de projetos

No decorrer da análise das candidaturas e tendo em conta a tipologia do projeto, poderá ser auscultado o Conselho Consultivo (vide Capítulo VII do Protocolo de Cooperação e Parceria), constituído por membros da parceria e por outras entidades de âmbito regional, como por exemplo a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, o Instituto de Conservação da Natureza e Floresta, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, a Junta Metropolitana de Lisboa, entre outros.

Animação territorial

A animação territorial incorpora o reforço do trabalho em rede visando a mutualização de recursos e a co-construção de respostas locais. Esse trabalho implicará os seguintes momentos:

Publicitação dos apoios para a implementação da EDL

A publicitação dos apoios da EDL será realizada junto das populações sempre com o apoio dos parceiros. A equipa técnica organizará sessões informativas nas juntas de freguesias ou noutras instituições locais com forte ligação à comunidade rural. Serão utilizados diversos meios de comunicação designadamente sites e redes sociais dos parceiros, anúncios na comunicação social local, seminários e conferências, participação em feiras e eventos locais e regionais. Em contínuo a equipa técnica dará um apoio personalizado aos potenciais promotores, trabalhando em conjunto a ideia de projeto e a forma de concretização.

Fóruns Temáticos

Fóruns para os quais são convidados membros da comunidade, grupos específicos, representantes de entidades relevantes ou com intervenção ativa no território e/ou na temática a ser abordada. Estes fóruns pretendem potenciar e contribuir para a resolução de problemas e para o desenvolvimento de iniciativas. Pretende-se trabalhar temáticas estruturantes identificadas na elaboração da estratégia ou outras pertinentes que surjam ao longo da execução, mutualizando recursos para a resolução dos problemas. Os fóruns permitem clarificar expectativas, articular interesses, criar empatia, confiança e entendimento dentro da comunidade/do grupo, reconhecer a diversidade e pluralidade de pontos de vista e concertar estratégias para a resolução de problemas. A organização e funcionamento do fórum devem ser definidos e da responsabilidade do grupo de pessoas que integram o fórum. No âmbito dos fóruns deve ser potenciado o trabalho já existente no território.

Empreendedores em Rede

Promoção de uma rede de empreendedores/promotores como forma de estimular o empreendedorismo, potenciar a partilha de ideias e estabelecer parcerias e estratégias em prol do desenvolvimento do território. No âmbito destas redes podem ser realizadas as seguintes iniciativas: road show de projetos como forma de divulgar os investimentos apoiados e estimular ideias de negócio; participação conjunta em feiras e eventos; visitas aos projetos apoiados; trocas de experiências; apresentações/demonstrações junto da comunidade escolar ou de outras comunidades específicas; entre outros.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A EIDT da AML estabelece as seguintes prioridades estratégicas.

PE 1 - Sustentar a atratividade do território na complementaridade de um tripé composto pelas dimensões do turismo, qualidade de vida e base ecológica, onde se considera que o potencial turístico da cidade de Lisboa poderá ser valorizado através das regiões que compõem a sua área metropolitana, nomeadamente e entre outras, zonas de proteção dos estuários do Tejo e do Sado, Parque Natural da Arrábida, o que poderá não só contribuir para uma maior preservação do património, mas também a sua valorização, através do empreendedorismo qualificado ao nível dos produtos turísticos.

PE 2 - Promover um ciclo virtuoso progressivamente mais dinâmico, entre universidades e centros de conhecimento, inovação e business services, e desenvolvimento logístico, onde se considera que as condições logísticas excelentes da região, em conjunto com a forte presença de unidades empresariais e do sistema universitário, científico e tecnológico, poderão contribuir para o desenvolvimento de produtos e

atividades de maior valor acrescentado e conseqüentemente, para a criação de maiores níveis de riqueza.

PE 3 - Acentuar a força patrimonial e cultural da AML, aproveitando, por exemplo, o Sado e o Parque Natural da Serra da Arrábida, onde se encontram elementos que sustentam a ligação entre o património, o ambiente, como elos de uma imagem de qualidade de vida e com potencial de projeção turística.

PE 5 - Promover a capacitação regional no âmbito da inclusão social, incluindo o abandono escolar precoce, num contexto de mobilização concertada da rede social existente no território, destacando-se quatro grandes linhas de intervenção: reforço da rede de equipamentos vocacionados para a intervenção social; criação, capacitação e desenvolvimento de redes de atores; identificação e estabelecimento de estratégias integradas para grupos em risco de exclusão social; territorialização das intervenções de inclusão social.

PE 6 - Aprofundar e reforçar as dinâmicas económicas locais, incluindo as prioridades em matéria de ajustamento das ofertas formativas e de outras políticas ativas de emprego às características de desenvolvimento do território, onde se procura garantir um crescimento inteligente e inclusivo através da adequação das ofertas educativas e formativas às necessidades das empresas, das pessoas e do desenvolvimento económico, com destaque para a capacitação e apoio à empregabilidade dos jovens. Considerando os objetivos anteriormente descritos na EDL pode-se considerar que existe um forte alinhamento com as prioridades estratégicas estabelecidas na EIDT.

O objetivo “Fomentar a dinâmica das explorações agrícolas” encontra-se alinhado com as prioridades estratégicas “Sustentar a atratividade do território na complementaridade de um tripé composto pelas dimensões do turismo, qualidade de vida e base ecológica” e “Acentuar a força patrimonial e cultural da AML”.

De facto, este objetivo, visa promover a modernização, diferenciação e aumento de competitividade das explorações agrícolas. Em simultâneo, a diversificação da atividade nas explorações agrícolas favorece a qualificação e valorização do património rural através da realização de outros negócios, com especial destaque para o turismo natureza, o turismo equestre e o enoturismo, contribuindo para o desenvolvimento de novos segmentos de turistas com base nos recursos da região, para a preservação rentável do património e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

O objetivo “Promover a competitividade dos produtos locais” encontra-se alinhado com as PE “Promover um ciclo virtuoso progressivamente mais dinâmico entre universidades e centros de conhecimento, inovação e business services e desenvolvimento logístico”.

Este objetivo compreende reforçar a cadeia de valor do setor agroalimentar através da criação de novos circuitos curtos de comercialização e o reforço dos já existentes. Também se pretende o reforço da capacidade das empresas para estarem presentes noutras etapas da cadeia de valor do setor, incorporando um nível de diferenciação superior na oferta e uma maior capacidade para abordar mercados nacionais e internacionais mais exigentes, aproveitando a proximidade e os recursos logísticos existentes de acesso a Lisboa e à região circundante. Ainda no âmbito deste objetivo, pretende-se a promoção dos produtos agrícolas e agroalimentares de qualidade da região, favorecendo a sua notoriedade no mercado.

Quanto ao objetivo “Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das zonas rurais” está alinhado com as prioridades estratégicas “Sustentar a atratividade do território na complementaridade de um tripé composto pelas dimensões do turismo, qualidade de vida e base ecológica”, “Promover a capacitação regional no âmbito da inclusão social” e “Aprofundar e reforçar as dinâmicas económicas locais, incluindo as prioridades em matéria de ajustamento das ofertas formativas e de outras políticas ativas de emprego às características de desenvolvimento do território”.

Com este objetivo, pretende-se a promoção de projetos de empreendedorismo por forma a densificar o tecido empresarial do meio rural através da criação de empresas e do emprego por conta própria, dinamizando a economia e a inclusão social. Pretende-se também a capacitação e qualificação das pessoas, bem como a promoção do associativismo, da empregabilidade, da aprendizagem ao longo da vida, da reinserção no ensino e da qualificação do voluntariado. Também é pretendido diminuir as desigualdades face aos centros urbanos, através do acesso a serviços de educação, de apoio à família e de saúde que ainda são muito limitados no meio rural.

A dinamização económica do meio rural, com impacto na inclusão social e redução da pobreza, também passa pela promoção e valorização dos ativos culturais, naturais e materiais e pela renovação das aldeias da região, potenciando os recursos, preservando os valores e património, fomentando o turismo através da conservação do meio de forma rentável e sustentável.

O “Funcionamento, animação e cooperação” encontra-se alinhado com as prioridades estratégicas “Sustentar a atratividade do território na complementaridade de um tripé composto pelas dimensões do turismo, qualidade de vida e base ecológica” e “Promover um ciclo virtuoso progressivamente mais dinâmico entre universidades e centros de conhecimento, inovação, business services e desenvolvimento logístico”.

Este objetivo visa a aquisição de competências, de forma a qualificar os técnicos da ETL e garantir o conhecimento profundo sobre boas práticas realizadas noutros GAL o que proporcionará a transferência

desse conhecimento para as ações a implementar na Península de Setúbal. Para além disso, uma cooperação e animação para a promoção do território, dos produtos e serviços locais, bem como do património, contribuirão para a sua divulgação e valorização junto de novos mercados.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Objetivo estratégico CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL, DO ESPAÇO RURAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL. - Tendo em conta as excecionais condições edafoclimáticas do território, existe espaço para o desenvolvimento rural, não somente ao nível da introdução de melhores fatores de competitividade das explorações agrícolas (modernização, qualidade dos produtos agro-alimentares, cadeias curtas de distribuição, reforço do associativismo e redes de parceria), mas também para o estabelecimento de novas atividades económicas que rentabilizem o potencial das explorações agrícolas e pela diversificação para atividades não agrícolas, em particular, para atividades associadas ao turismo, garantindo a preservação ambiental e da natureza, bem como a melhoria da qualidade de vida das zonas rurais, através do empreendedorismo, da inovação e apoio social e da recuperação e preservação do património. Objectivos específicos Tendo em vista a concretização do objetivo estratégico anteriormente descrito, consideram-se os seguintes objetivos específicos e os respetivos eixos principais de desenvolvimento. FOMENTAR A DINÂMICA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS - A concretização deste objetivo passa pelo reforço da viabilidade das explorações agrícolas por via de um aumento de competitividade e da diversificação de atividades. Pretende-se que este objetivo específico seja desenvolvido com suporte em dois Eixos/Medidas principais, designadamente: PDR 2020 (FEADER): -Pequenos investimentos nas explorações agrícolas; -Diversificação de atividades na exploração. Como resultados principais a atingir, é esperado que as explorações agrícolas: -Aumentem a sua produtividade ou o seu nível de diferenciação, tirando partido da existência no território de produtos agrícolas e agro-alimentares singulares; -Alarguem a sua oferta, possibilitando a obtenção de novas receitas, através da extensão para atividades complementares, essencialmente, na área do turismo, beneficiando do património e recursos naturais existentes na região. PROMOVER A COMPETITIVIDADE DOS PRODUTOS LOCAIS - A concretização deste objetivo passa pela criação, inovação ou modernização de unidades de transformação e comercialização, desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização e promoção da qualidade e especificidade dos produtos locais. Pretende-se que este objetivo específico seja desenvolvido com suporte em quatro Eixos/Medidas principais, designadamente: PDR 2020 (FEADER): - Pequenos investimentos na transformação e comercialização; - Cadeias curtas e mercados locais; - Promoção de produtos de qualidade locais. PO LISBOA 2020 (FEDER) - 9.10 - Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais: d) Dinamização de estruturas empresariais inovadoras e competitivas e adoção de ciclos curtos de comercialização. Como resultados principais a atingir, é esperado: - Empresas com melhor capacidade de intervenção na cadeia de valor dos produtos agrícola e agro-alimentares (FEADER); - Aumentar o número de participantes e de circuitos ou cadeias curtas de distribuição (FEADER e FEDER); - Aumentar a comercialização de proximidade e de produtos locais de qualidade (FEADER). CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS ZONAS RURAIS - A concretização deste objetivo, passa pelo desenvolvimento do empreendedorismo em espaço rural, na área social e associativismo, o desenvolvimento de espaços e equipamentos destinados ao desenvolvimento comunitário, a qualificação da população ativa, a renovação de aldeias e a conservação, valorização e promoção do património. Pretende-se que este objetivo específico seja desenvolvido com suporte nos seguintes Eixos/Medidas principais: PDR 2020 (FEADER): Renovação de aldeias. PO LISBOA 2020 (FEDER) - 9.10 - Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais, alíneas a), b) c), e), f), g), h) e i). PO LISBOA 2020 (FSE) - 9vi - Investimentos no contexto de estratégias desenvolvimento local de base comunitária, alíneas b), c), d), e), f) e h). Como resultados principais a atingir, é esperado: - A criação de emprego por conta própria em espaço rural (FEDER e FSE); - Melhor apoio social a grupos vulneráveis nas zonas rurais, designadamente, idosos, jovens e mulheres (FEDER e FSE); - A qualificação da população ativa em espaço rural e criação de emprego sustentado (FEDER e FSE); - Aumentar a notoriedade e visibilidade do património rural, com o conseqüente aumento de rendimentos da população (FEADER e FEDER). APOIAR O FUNCIONAMENTO, A ANIMAÇÃO E A COOPERAÇÃO - A concretização deste objetivo passa pelo reforço das capacidades, formação e ligação em rede do GAL, o desenvolvimento das funções do GAL, relativas à implementação da estratégia de desenvolvimento local e funções de gestão, acompanhamento e avaliação e a implementação das atividades de cooperação do GAL. Este objetivo específico será desenvolvido com suporte nos Medida 10 – LEADER do PDR 2020 (FEADER). Como resultados principais a atingir, é esperado: - A concretização dos objetivos e metas propostos e a boa execução financeira. - Uma animação territorial, com envolvimento dos agentes e populações locais na dinamização económica e social do território, conducente à concretização, com sucesso, dos objetivos a atingir; - Potenciar a concretização dos objetivos da EDL através da cooperação com outros territórios nacionais e estrangeiros com problemáticas ou características similares;

Definição da estratégia de desenvolvimento local

Estabelecidos os objetivos estratégicos e específicos, propõe-se as seguintes linhas de ação. PARA FOMENTAR A DINÂMICA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS - Reforço da viabilidade das explorações agrícolas e da competitividade de todos os tipos de agricultura - promovendo a introdução de melhores fatores de competitividade, através do apoio a pequenos investimentos em equipamentos e processos mais eficientes. Apoio a investimentos para a diversificação de atividades na exploração agrícola - apoio a investimentos para a diversificação de atividades não agrícolas como as turísticas e pedagógicas (como exemplo o enoturismo e o turismo de natureza). PARA PROMOVER A COMPETITIVIDADE DOS PRODUTOS LOCAIS - Apoio à criação, inovação ou modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas e agroalimentares - apoio ao reforço da cadeia agro-alimentar, desde a transformação à comercialização dos produtos locais de qualidade, com o apoio a pequenos investimentos de criação ou modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas. Criação e desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização - apoio à comercialização de proximidade de produtos agrícolas e transformados. Promoção da qualidade e especificidade dos produtos locais - apoio à promoção dos produtos agrícolas e agro-alimentares de qualidade. PARA CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS ZONAS RURAIS - Criação e desenvolvimento de ninhos de empresas ou de empresas fora da exploração agrícola - apoio à criação de emprego, pela criação de empresas e da capacitação e consolidação de infraestruturas ou outras formas de incubação. Apoio ao empreendedorismo e inovação social, associativismo e cidadania ativa - apoio ao desenvolvimento de novos negócios, processos, produtos e serviços de âmbito social no espaço rural, proporcionando melhor apoio à população rural e um associativismo mais capacitado; Apoio a espaços e equipamentos destinados ao desenvolvimento comunitário - serviços básicos (recreativos, desportivos, culturais, sociais, educacionais, de saúde). Capacitação e qualificação para a inclusão ativa (tecido associativo, empregabilidade de grupos vulneráveis, empreendedorismo, emprego por conta própria) - Apoio à realização de ações de qualificação da população ativa em espaço rural. Renovação de Aldeias - apoio à recuperação e refuncionalização, bem como de ações de sensibilização de aldeias rurais com características e elementos patrimoniais importantes a preservar e valorizar. Conservação, valorização e promoção do património cultural (material e imaterial) e natural - Apoio à preservação e valorização do património rural representativo da identidade local. APOIAR O FUNCIONAMENTO, A ANIMAÇÃO E A COOPERAÇÃO - Apoio ao reforço das capacidades, formação e ligação em rede do GAL ADREPES Rural, tendo em vista a preparação e implementação da EDL - Apoio às ações de animação territorial, de informação das populações locais sobre os apoios e objetivos da EDL e sobre as atividades a desenvolver. Apoio ao desenvolvimento das funções do GAL ADREPES Rural, relativas à implementação da EDL e funções de gestão, acompanhamento e avaliação– Apoio à realização de ações de capacitação das equipas e recursos da estrutura, de forma a atingir mais eficazmente os objetivos estabelecidos. Apoio à preparação e implementação das atividades de cooperação do GAL ADREPES Rural – Apoio ao desenvolvimento de parcerias com outros territórios, nacionais e internacionais, tendo em vista a transferência de conhecimento e a disseminação de boas práticas Estas estratégias e linhas de ação, para além de estarem alinhadas com a EIDT da AML, contribuem para as prioridades estratégicas referidas no PDR, “Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura...”, “Promover a organização das cadeias alimentares”, “Ambiente e inovação” e “Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais”, bem como para a “Competitividade e internacionalização”, a “Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos” e a “Inclusão social e emprego”, do Acordo de Parceria com a UE. A concretização da EDL será também potenciada através de outras intervenções que decorrem no Território: Bolsa Nacional de Terras, Planos de Comercialização e Venda da ERT-RL, Grupos Operacionais para a Inovação, o Centro de Informação Europe Direct da Península de Setúbal, Contratos Locais de Desenvolvimento Social com atividade nas zonas rurais, Fundo de Eficiência Energética, articulação com os DLBC Costeiro e Urbano da Península de Setúbal e participação na Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal e no Conselho Estratégico do Parque Natural da Arrábida.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M10 - LEADER	FEADER	1.1. Reforço da viabilidade das explorações agrícolas através do apoio a pequenos investimentos	Projetos apoiados	20,00	82,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	18,00	74,00	525 030,67€
99.M10 - LEADER	FEADER	1.2. Apoio a investimentos para a diversificação de atividades na exploração agrícola	Projetos apoiados	4,00	9,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,00	6,00	577 533,74€
99.M10 - LEADER	FEADER	2.1. Apoio à criação, inovação ou modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas e agroalimentares	Projetos apoiados	3,00	12,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	8,00	525 030,67€
99.M10 - LEADER	FEADER	2.2. Criação e desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização	Despesa Pública	105006,13	315018,40	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	5,00	315 018,40€
99.M10 - LEADER	FEADER	2.3. Promoção da qualidade e especificidade dos produtos locais	Despesa Pública	81671,44	245014,31	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,00	0,00	245 014,31€

99.M10 - LEADER	FEADER	1.1. Reforço da viabilidade das explorações agrícolas através do apoio a pequenos investimentos	Projetos apoiados	20,00	82,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	4,00	0,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	3.5 - Apoio a ações de dinamização e capacitação do tecido associativo local e do associativismo jovem;	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	0,00	0,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	0,00	0,00	50 000,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	3.4 - Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar;	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	0,00	0,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	0,00	0,00	7 500,87€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	3.4 - Apoio à qualificação e promoção da inovação no desenvolvimento de produtos do setor primário	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	0,00	0,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	0,00	0,00	30 000,00€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	3.1 e 3.4 - Apoios ao empreendedo rismo e à criação de emprego por conta própria;	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	8,00	18,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanec em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	125 367,68€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	3.2 - Estímulo à cidadania ativa e à dinamização de relações de convivência e de solidariedade local;	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	0,00	0,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanec em 12 meses após o fim do apoio	0,00	0,00	56 728,20€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	3.2 - Estímulo à inovação no que respeita à procura de novas respostas sociais para a resolução de desafios sociais identificados.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	2,00	4,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanec em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	124 730,80€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	3.4 - Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis;	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	5,00	10,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanec em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	65 000,00€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Ações de preservação, conservação e valorização de elementos patrimoniais ...; Apoio à criação de espaços de apoio ao desenvolvimento comunitário...; Apoio à criação de viveiros de empresas,; Apoio ao empreendedorismo local...; Criação de microempresas; Dinamização de estruturas empresariais...; Incentivos ao investimento de pequena dimensão...; Pequenas operações de qualificação do espaço público ...; Promoção e valorização económica do património cultural e natural;	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	0,00	0,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,00	0,00	839 130,43€
--	-------	---	--	------	------	--	------	------	-------------

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M10 - LEADER	FEADER	1.1. Reforço da viabilidade das explorações agrícolas através do apoio a pequenos investimentos	Despesa pública ação 1.1	128056,26	525030,67				525 030,67€
99.M10 - LEADER	FEADER	1.1. Reforço da viabilidade das explorações agrícolas através do apoio a pequenos investimentos	Beneficiários ação 1.1	18,00	74,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	1.1. Reforço da viabilidade das explorações agrícolas através do apoio a pequenos investimentos				Peso da despesa pública para o apoio ao pequeno investimento nas explorações agrícolas (ação 1.1)	6,00	24,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	1.2. Apoio a investimentos para a diversificação de atividades na exploração agrícola	Despesa pública ação 1.2	256681,66	577533,74				577 533,74€
99.M10 - LEADER	FEADER	1.2. Apoio a investimentos para a diversificação de atividades na exploração agrícola	Beneficiários ação 1.2	4,00	9,00				0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	1.2. Apoio a investimentos para a diversificação de atividades na exploração agrícola				Peso da despesa pública para o apoio ao pequeno investimento nas explorações agrícolas (ação 1.2)	12,00	26,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	2.1. Apoio à criação, inovação ou modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas e agroalimentares	Despesa pública ação 2.1	131257,67	525030,67				525 030,67€
99.M10 - LEADER	FEADER	2.1. Apoio à criação, inovação ou modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas e agroalimentares	Beneficiários ação 2.1	2,00	10,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	2.1. Apoio à criação, inovação ou modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas e agroalimentares				Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas unidades industriais	6,00	24,00	0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	2.2. Criação e desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização	Projetos CCC concluídos	2,00	6,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	2.2. Criação e desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização				Peso da despesa pública para o apoio ao pequeno investimento nas explorações agrícolas (ação 2.2)	5,00	14,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	2.3. Promoção da qualidade e especificidade e dos produtos locais	Projetos apoiados na ação 2.3	2,00	6,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	2.3. Promoção da qualidade e especificidade e dos produtos locais	Beneficiários da ação 2.3	1,00	4,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	2.3. Promoção da qualidade e especificidade e dos produtos locais	Produtos locais incluídos em ações de promoção	2,00	5,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	2.3. Promoção da qualidade e especificidade e dos produtos locais				Peso da despesa pública na promoção de produtos de qualidade locais	4,00	11,00	0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	2 187 627,79€
FSE	459 327,55€
FEDER	839 130,43€
Total	3 486 085,77€

Pressupostos

As metas e os resultados propostos resultam da experiência e do histórico de intervenções anteriores, quer da ADREPES, quer de programas anteriores com medidas ou ações idênticas, bem como de dados estatísticos. Os resultados estão por isso perfeitamente adaptados à realidade e vão de encontro às necessidades diagnosticadas no território de intervenção. Os resultados, os indicadores e a proposta de contratualização por fundo propostos têm como pressupostos:

- A dotação orçamental é composta pela dotação do Fundo.
- A taxa de financiamento considerada pelo FEADER é de 85%
- O financiamento privado é 50% (85% FEADER + 15% OE) no caso de projetos apoiados pelo FEADER.
- A taxa de financiamento considerada para o FEDER e FSE é de 50%;
- As metas apresentadas para o indicador de realização “despesa pública M€” em 2018 representam a despesa pública executada até 31/12/2018.
- O indicador “Peso da Despesa Pública” foi calculado considerando: total fundo proposto ação/total do fundo para a estratégia.
- Para o indicador FEDER “Empresas que beneficiam de apoio (Nº)” são consideradas não apenas empresas mas também outras entidades, nomeadamente instituições e associações.
- Considera-se que em 2018 será atingida uma execução de 25% do total do fundo.
- O indicador de resultado “Explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização (%)” é calculado tendo como referência a existência de 3.234 explorações agrícolas no território de intervenção proposto.
- O indicador de resultado “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o apoio (%)” relativo à ação “Apoio ao empreendedorismo e inovação social, associativismo e cidadania ativa” o número de pessoas apoiadas deve ser entendido como o número de beneficiários.
- No indicador de realização “Empresas que beneficiam de apoio (Nº)” associado à ação Apoio a espaços e equipamentos destinados ao desenvolvimento comunitário, entende-se incluem-se em “Empresas” entidades como instituições e associações.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

De forma a potenciar a concretização dos objetivos da EDL pretende-se, em parceria com instituições congéneres de outros territórios nacionais e estrangeiros desenvolver projetos nas seguintes áreas temáticas:

Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA)

Através do desenvolvimento de CCA pretende-se contribuir para inverter a exclusão económica dos produtores, o abandono de áreas agrícolas, o decréscimo do número de explorações e a estagnação da economia rural, promovendo a organização da produção e comercialização.

Assim pretende-se:

- Disseminar a metodologia PROVE, densificando a rede atualmente existente e introduzindo novos desafios e objetivos.
- Desenvolver estratégias que permitam ultrapassar os constrangimentos associados à comercialização de produtos locais na restauração coletiva.
- Dinamizar mercados locais, criando regras, metodologias e recursos comuns e.

Turismo em espaço rural, de natureza, equestre e enoturismo

As características da região tornam pertinente cooperar com vista à criação de massa crítica para a promoção e venda de produtos turísticos qualificados no mercado global, bem como a transferência de boas práticas, em particular ao nível do turismo equestre.

A existência de empreendimentos de TER, desenvolvidos por empresas recentes de pequena escala, leva a que ainda subsista falta de confiança e colaboração.

Assim pretende-se:

- Criar e promover produtos integrados.
- Disseminar o Know-how relativo à criação de pousadas equestres e rotas equestres.
- Desenvolver referenciais comuns que permitam aos empreendimentos turísticos ter conhecimento critérios de qualidade e serviços e recursos dos territórios.

Empreendedorismo em Meio rural

Nas zonas rurais o empreendedorismo depara-se com constrangimentos específicos: fracos níveis de qualificação e formação; inexistência de capitais, baixos níveis de autoestima e espírito empreendedor; deficiente massa crítica.

Neste quadro torna-se relevante, encontrar mecanismos e metodologias que considerem os atores do mundo rural, em particular os agricultores como verdadeiros empresários, promotores de rendimento e emprego, fomentando o associativismo/cooperativismo, a inovação e a participação empenhada de entidades e facilitadores locais.

Desenvolvimento Local, Cidadania e Participação

A abordagem LEADER fruto de uma maior integração/articulação com outros instrumentos de política, tem visto debilitadas algumas das suas especificidades essenciais. Pretende-se reforçar e renovar os princípios e práticas do LEADER a nível nacional (Federação Minha Terra) e europeu (ELARD), aprofundando a reflexão e partilha em temas como: processos de democracia participativa e de capacitação das comunidades (parlamentos e universidades rurais; orçamentos participativos, etc.). Objectivos:

- Capacitar as comunidades e os seus representantes para garantir que as suas preocupações e expectativas são considerados nos processos de decisão;
- Promover a solidariedade, o intercâmbio de boas práticas (de participação e cidadania) e a cooperação entre as comunidades rurais;
- Dar voz às comunidades e visibilidade às experiências existentes de trabalho em parceria e em rede, participação e inovação social.
- Afirmar o LEADER/DLBC como instrumento de capacitação e participação colectiva no pós 2020.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

O GAL ADREPES Rural é composto por 30 entidades, sendo a ADREPES o parceiro Gestor.

A adesão das entidades é atestada pelo protocolo de cooperação e parceria em anexo.

De forma a garantir a participação ativa dos parceiros e a segregação de funções técnicas e de decisão, será

implementado o modelo de gestão e acompanhamento que compreende o funcionamento do GAL e da Equipa Técnica Local (ETL) através da seguinte organização:

Conselho de Parceiros

Constituído pela totalidade dos parceiros, tem como competências:

- Eleger e destituir o Órgão de Gestão e de Fiscalização da parceria;
- Discutir, promover o acompanhamento e avaliação da EDL;
- Deliberar a candidatura a subprogramas ou intervenções desconcentradas, no âmbito do Portugal 2020;
- Garantir a operacionalização das intervenções que venham a ser aprovadas;
- Emitir recomendações sobre as atividades, programas e EDL;
- Analisar todas as questões que lhe venham a ser colocadas pelos outros órgãos da parceria;
- Aprovar, rever e alterar o respetivo Regulamento Interno.

Órgão de Gestão

Constituído por 5 elementos, maioria de privados e o presidente a Entidade Gestora. O mandato é de 3 anos e tem como funções:

- Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL;
- Assegurar a participação dos parceiros na implementação, no acompanhamento e na avaliação da EDL, cumprir com as recomendações decorrentes dessa participação e, se necessário, propor ao Conselho de Parceiros alterações, de forma a alcançar os objetivos propostos;
- Representar a parceria junto das autoridades nacionais e comunitárias;
- Elaborar o Regulamento Interno;
- Escolher as entidades que integrarão o Conselho Consultivo.

Sempre que for necessário decidir sobre projetos promovidos por entidades pertencentes ao órgão de gestão, estas não podem participar na decisão (nº 3,4 e 5 cláusula 20 do Protocolo de Parceria).

Órgão de Fiscalização

Integrado por 3 elementos com um mandato de 3 anos e as seguintes funções:

- Fiscalizar os atos do OG;
- Dar parecer sobre os relatórios de execução da EDL a submeter ao Conselho de Parceiros;
- Velar pelo cumprimento das disposições legais e pelo protocolo;
- Assistir, sem direito a voto, a reuniões do OG.

Conselho Consultivo

Constituído por entidades da parceria ou externas, com número ilimitado de participantes, sendo um órgão não eleito com as funções de:

- Participar nas reuniões para que forem convocados, a pedido do Presidente do OG;
- Emitir parecer sobre assuntos relacionados com as atribuições e competências da entidade que representam, sempre que o mesmo for solicitado.

Equipa Técnica Local

A ETL será gerida pelo Parceiro Gestor e terá um Coordenador, Técnicos que permitam assegurar a segregação de funções e um Administrativo.

O Coordenador reporta diretamente ao OG, tendo como funções:

- Assegurar a gestão administrativa, financeira e de recursos humanos, prestando contas ao OG;
- Propor o calendário e o teor dos concursos;
- Monitorizar a execução da EDL – projetos recebidos, em análise ou em execução e reportar ao OG;
- Validar as análises das operações e sua hierarquização e apresentar ao OG as propostas de decisão;
- Validar os pedidos de reembolso;
- Validar as verificações físicas;
- Assegurar as atividades de animação aprovadas pelo OG;
- Garantir a execução de programas e projetos aprovados pela Parceria ou pelo OG;
- Assegurar a articulação entre os parceiros e a participação dos atores locais na implementação da EDL;
- Assumir todas as funções delegadas pelo OG;
- Elaborar relatórios anuais de monitorização da EDL a serem apresentados ao OG, Conselho de Parceiros e Autoridade de Gestão (AG);
- Responder atempadamente aos controlos e auditorias efetuados pela AG, Entidade Pagadora ou outra, nacional ou Europeia;
- Assegurar a comunicação das atividades para o exterior.

Os Técnicos Analistas reportam ao Coordenador e têm como funções:

- Assegurar a animação do GAL;
- Analisar e emitir parecer sobre os pedidos de apoio e reembolso, tendo em atenção a legislação, a regulamentação e a EDL;
- Prestar informação para a monitorização da EDL;

- Garantir a atualização atempada dos sistemas de informação e de gestão da EDL;
 - Organizar os dossiers de candidatura;
- O Administrativo reporta ao Coordenador e tem como funções:
- Gerir as comunicações e a correspondência;
 - Zelar pelo arquivo geral;
 - Utilizar o programa de gestão interna –faturas, recibos, etc.;
 - Garantir o cumprimento dos prazos de pagamento e monitorizar os recebimentos;
 - Efetuar as verificações físicas aos investimentos apoiados;
 - Receber os dossiers físicos dos pedidos de apoio;
 - Dar apoio à restante equipa técnica.

A ETL será assessorada por serviços de contabilidade, informáticos e jurídicos prestados por entidades externas. Sempre que necessário poderá recorrer à prestação de serviços externos de peritos em assuntos que a equipa não domine.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

O Plano de Avaliação da EDL definido e realizado internamente de forma contínua pela parceria contempla os seguintes momentos: reuniões semanais de Equipa Técnica Local (ETL), reuniões mensais de Órgão de Gestão e reuniões anuais de Conselho de Parceiros.

Estas reuniões permitem acompanhar em permanência a execução da estratégia, da seguinte forma:

Reuniões semanais – Equipa Técnica Local

- Análise de mapas de controlo da execução dos projetos e dos programas.
- Identificação de problemas e definição de estratégias para a sua resolução.
- Monitorização dos indicadores e dos resultados da EDL.

Reuniões mensais – Órgão de Gestão

- Acompanhamento da execução dos projetos e dos programas.
- Análise e validação do relatório de atividades.
- Decisões sobre os desvios da EDL.

Reuniões anuais – Conselho de Parceiros

- Análise e aprovação do relatório de atividades.
- Análise dos desvios e decisão sobre a necessidade de reformular os objetivos e os resultados da EDL.

O processo de avaliação terá em conta critérios como a pertinência, eficácia, eficiência, coerência e impacto dos investimentos apoiados na concretização da estratégia.

A ETL produz semanalmente mapas de controlo da execução física e financeira dos projetos e da EDL, identificando os principais problemas e constrangimentos, definindo estratégias para a sua resolução. A quantificação e análise permanente dos indicadores da EDL permitem entender a necessidade de redesenhar atuações e corrigir intervenções. Essa informação integra o relatório mensal do Órgão de Gestão e permite produzir o relatório de atividades anual que será analisado e aprovado pelo Conselho de Parceiros.

Os dispositivos utilizados na avaliação interna pretendem de uma forma expedita e clara produzir informação objetiva, incluindo deste modo:

1. O acompanhamento permanente aos beneficiários, percebendo a evolução dos projetos, os seus sucessos, constrangimentos e dificuldades. A ETL definirá medidas que permitam ultrapassar problemas identificados.
2. A produção de mapas de controlo da execução física e financeira dos projetos e da EDL permitirá uma análise contínua e permanente dos resultados, contribuindo para a análise de desvios orçamentais e de desvios entre as ações previstas e realizadas. Permite também constatar se as decisões e procedimentos técnicos são os mais adequados.
3. A monitorização de indicadores da EDL compara a execução com a “situação de partida” e periodicamente assegura a obtenção de resultados. O procedimento e acompanhamento associado à monitorização permitirão, por um lado, a deteção de desvios ou oscilações e, por outro, identificar a evolução já alcançada face aos resultados definidos.
4. Os relatórios mensais e anuais terão a informação resumida que é produzida pela ETL e permitem aos órgãos de decisão da parceria acompanhar a avaliação da EDL e propor estratégias para a correção de desvios.

Os relatórios anuais de avaliação da EDL serão enviados para as Autoridades de Gestão Nacionais e Regionais, após aprovação do Conselho de Parceiros.

Sempre que necessário serão realizadas reuniões com o Conselho Consultivo sobre assuntos e aspetos relacionadas com os objetivos de áreas específicas da EDL, o que permitirá abranger uma visão mais regional dos impactos da estratégia no território de incidência.

O envolvimento e contributo dos beneficiários são elementos fundamentais na disponibilização de dados e informação, que permitirá o acompanhamento e avaliação ao nível do projeto, devendo para o efeito ser criados dispositivos e mecanismos expeditos para o seu apuramento. Os formulários de candidatura devem, preferencialmente, incluir todos os dados necessários de avaliação ao nível do projeto e do beneficiário. Neste sentido, espera-se que as Autoridades de Gestão dos Programas assumam um papel de orientação e apoio aos GAL nos seguintes níveis: i) construção de instrumentos e sistemas de avaliação comuns; ii) verificação da qualidade dos dados introduzidos nos respetivos sistemas de avaliação e iii) uniformização da informação.

A definição das tarefas de avaliação será feita ao nível da parceria, devendo ser escolhida uma entidade coordenadora com competências na área da avaliação, que acompanhe e implemente todo o processo. Todas as atividades de acompanhamento e avaliação serão implementadas aquando a operacionalização da EDL.

De acordo com as orientações da União Europeia pretende-se utilizar uma metodologia que inclua uma vertente qualitativa e quantitativa que permitirá a obtenção de resultados complementares e consonantes. A avaliação da cooperação será realizada de forma independente, devendo o processo ser definido no seio da parceria de cada projeto. No entanto, deverá ser tido em conta o plano de avaliação da EDL e o modo como será realizada a sua articulação e complementaridade.

Ao longo do programa serão realizados eventos com a participação das comunidades locais com o objetivo de apresentar os resultados da execução da EDL e recolher contributos para melhorar a sua implementação. O plano de comunicação da EDL será pensado de forma a incluir os resultados da avaliação, difundindo a evolução da concretização da estratégia e os impactos junto das comunidades do território de intervenção. Importa por isso, envolver os órgãos de comunicação local e regional para potenciar a divulgação dos resultados da estratégia junto do público em geral.

No final do período de programação será realizada uma avaliação externa independente com o intuito de:

1. Verificar se a estratégia foi a mais adequada.
2. Quantificar o grau de alcance das metas, e dos objetivos estratégicos e específicos.
3. Identificar desvios e perceber porque razão se verificaram e em que medida comprometeram os objetivos e os resultados.
4. Analisar se foram adaptadas as recomendações da avaliação intercalar.
5. Perceber se o plano financeiro era suficiente para a estratégia proposta.
6. Fornecer recomendações e sugestões de política para o próximo período de programação.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Anexo - OG e ETL.pdf	24/07/2015 20:53	223364355
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-119.pdf	24/09/2015 11:56	
Protocolo de parceria	Protocolo de Parceria GAL ADREPES Rural.pdf	24/07/2015 20:53	223364355
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-067.pdf	27/07/2015 15:17	223364355
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-067.pdf	20/11/2015 14:50	

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	ADREPES - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL	NIF	505812630
Submetido por	NATALIA DA GRAÇA HENRIQUES	NIF	198724543
Data de Submissão	15-12-2015		